

Notas técnicas

A Assistência Social no Brasil, regulamentada pela Lei nº 8 742, de 07.12.1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), trouxe novos conceitos e modelos de assistência social, sendo colocada como “direito de cidadania” com vistas a garantir o atendimento às necessidades dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social.

Objeto desta pesquisa foram as entidades que prestam serviços de assistência social de caráter privado, a saber: as que possuem personalidade jurídica equiparada à de empresa privada ou congênere, não possuindo fins lucrativos, prestando atendimento de interesse público.

A data de referência da pesquisa foi o dia da entrevista e o âmbito foi o universo de unidades locais arroladas na categorização FASFIL no Grupo 05 – Assistência Social. Destas, foram investigadas aquelas que executavam as ações definidas pelo MDS, apresentadas na próxima seção.

O quesito que determinou a realização da entrevista e o consequente preenchimento do Questionário foi a abordagem sobre o serviço prestado naquele local. A partir deste critério foram definidas quais eram as entidades de assistência social privadas que seriam investigadas.

Este critério excluiu da pesquisa todas as entidades que, apesar de sua classificação na FASFIL como Assistência Social não atendiam as ações definidas.

A caracterização do público-alvo, assim como a da principal atividade realizada pela entidade, teve como objetivo identificar a faixa etária, a situação do usuário, os serviços realizados e as modalidades de atendimento desenvolvidas.

Dentro da proposta de se traçar um perfil dos usuários foram investigadas: Faixa Etária e Situação do Usuário

Para a definição da modalidade socioassistencial investigou-se por autodeclaração, ou seja, a própria entidade deveria se enquadrar na alternativa que melhor a definia.

Quanto aos serviços foram usados os mesmos conceitos que determinavam o preenchimento do Questionário.

Instrumentos de coleta

A pesquisa foi a campo com um Questionário constituído de oito Blocos abrangendo os quesitos que seriam abordados. Acompanhou o Questionário, o Manual do Entrevistador contendo todas as instruções de preenchimento e os conceitos técnicos necessários ao trabalho.

Coleta e apuração

Em novembro de 2005 foi realizado em Fortaleza, Ceará, um treinamento centralizado onde estiveram presentes, em torno de 100 pessoas, supervisores e técnicos de todas as Unidades Estaduais do IBGE, que posteriormente foram os responsáveis pelo repasse do treinamento, em suas unidades, aos técnicos das Agências do IBGE que iriam trabalhar na pesquisa.

A fim de facilitar a coleta de informações foi elaborada uma Carta de Apresentação para ser entregue ao informante, que neste caso eram os dirigentes das entidades, a fim de apresentar os objetivos básicos e divulgar a pesquisa.

A coleta ocorreu no período de 02 de janeiro a 30 de junho de 2006.

A entrada de dados foi realizada concomitantemente à coleta e de forma descentralizada pelos supervisores que atuaram na pesquisa na sede de cada Unidade Estadual ou pelos técnicos do IBGE nas próprias Agências.

A crítica de consistência foi realizada de modo centralizado, na sede do IBGE, que apontava possíveis incoerências entre as informações registradas, o que era prontamente solucionado através de consulta à rede de coleta do IBGE.

Os dados da PEAS estão disponibilizados no portal do IBGE na Internet, no endereço <http://www.ibge.gov.br>, para Brasil, Unidades da Federação e Grandes Regiões.

Esta publicação contém, além das Notas técnicas, um conjunto de análises sobre os diversos temas abordados. Os resultados também são apresentados através de um conjunto de tabelas. Acompanha esta publicação um CD-ROM contendo os resultados da pesquisa.

Conteúdo da investigação

Apresenta-se, ao final desta publicação, um Glossário que reúne, de forma selecionada, os termos e conceitos considerados relevantes para a compreensão dos resultados divulgados nas tabelas e gráficos.

Está disponível, no CD-ROM que acompanha a publicação, o Manual do Entrevistador, o qual descreve as principais orientações para o correto preenchimento das informações do Questionário e conceitua, detalhadamente, todas as características investigadas pela pesquisa.

Cabe ressaltar que o Manual do Entrevistador e o Questionário da PEAS foram elaborados em 2005, tendo a coleta dos dados ocorrido no ano de 2006.

Unidade de investigação e informantes da pesquisa

O Questionário deveria ser respondido por uma das pessoas responsáveis pela entidade ou designada por seu dirigente para prestar as informações.

A abordagem do quesito 1.05 do Questionário – Neste local é realizado algum serviço relacionado à assistência social que atenda ao público em geral – era determinante para o prosseguimento da entrevista. Através desse quesito, investigou-se a existência dos serviços classificados como de Assistência Social pelo MDS.

No caso de resposta negativa a todas as situações elencadas, o técnico deveria preencher o próximo quesito, 1.06, e interromper a pesquisa naquela entidade.

O Quesito 1.06 investigou a situação da entrevista, ou seja, se realizada ou não. Em caso negativo, as opções de resposta que justificariam sua não realização foram:

- Atividade paralisada - a entidade se encontra totalmente paralisada, sem prestar nenhum serviço;
- Mudança de endereço - a entidade não se encontra no endereço arrolado;
- Endereço inexistente - quando o endereço da entidade informado na Folha de Registro estiver incompleto ou incorreto, de tal modo que seja impossível realizar a entrevista;
- Em implantação - a entidade se encontra em fase de implantação ou pré-operação. Considere apenas as entidades que estejam se instalando com o objetivo de entrar em atividade;
- Nunca funcionou - a entidade foi constituída juridicamente (possui CNPJ), porém nunca funcionou;
- Não exerce atividade do âmbito da pesquisa - quando a unidade local estiver fora do âmbito da pesquisa, por não exercer nenhum serviço dos especificados no quesito 1.05, âmbito da assistência social, ou por ter ocorrido uma mudança de atividade ou por ter sido classificada como tal, erroneamente;

Neste caso o entrevistador deveria escrever na Folha de Registro a atividade que a empresa está exercendo ou, caso nesta unidade não seja realizado qualquer tipo de atividade, registrar na Folha de Registro – Nenhuma.

- Impossibilitada de prestar as informações - nesta situação é classificada a entidade que não pode prestar informações devido a sinistro (enchente, incêndio, etc.); e
- Extinta - Data da Ocorrência - esta situação é aplicada quando a entidade se encontrar totalmente extinta, sem prestar qualquer atendimento. Neste caso, registre o mês e o ano desta ocorrência.

Os resultados quantitativos destas duas abordagens estão apresentados nas tabelas a seguir:

Tabela 1 - Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos, por situação da entrevista, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos						
	Total	Situação da entrevista					
		Realizada		Não-realizada			
				Com declaração do motivo da não realização da entrevista		Sem declaração do motivo da não realização da entrevista	
Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)		
Brasil	33 077	16 089	48,6	16 935	51,2	53	0,2
Norte	924	552	59,7	371	40,2	1	0,1
Rondônia	153	97	63,4	55	35,9	1	0,7
Acre	31	11	35,5	20	64,5	-	-
Amazonas	109	60	55,0	49	45,0	-	-
Roraima	28	8	28,6	20	71,4	-	-
Pará	398	266	66,8	132	33,2	-	-
Amapá	25	15	60,0	10	40,0	-	-
Tocantins	180	95	52,8	85	47,2	-	-
Nordeste	4 897	2 392	48,6	2 508	51,2	7	0,1
Maranhão	582	288	49,5	294	50,5	-	-
Piauí	243	164	67,5	78	32,1	1	0,4
Ceará	852	392	46,0	457	53,6	3	0,4
Rio Grande do Norte	425	189	44,5	235	55,3	1	0,2
Paraíba	386	177	45,9	209	54,1	-	-
Pernambuco	782	446	57,0	335	42,8	1	0,1
Alagoas	148	81	54,7	66	44,6	1	0,7
Sergipe	207	90	43,5	117	56,5	-	-
Bahia	1 272	555	43,7	717	56,4	-	-
Sudeste	14 783	8 332	56,4	6 424	43,5	27	0,2
Minas Gerais	4 319	2 391	55,4	1 923	44,5	5	0,1
Espírito Santo	443	224	50,6	219	49,4	-	-
Rio de Janeiro	2 000	956	47,8	1 035	51,8	9	0,5
São Paulo	8 021	4 761	59,4	3 247	40,5	13	0,2
Sul	10 404	3 631	34,9	6 755	64,9	18	0,2
Paraná	3 107	1 780	57,3	1 326	42,7	1	0,0
Santa Catarina	3 670	652	17,8	3 001	81,8	17	0,5
Rio Grande do Sul	3 627	1 199	33,1	2 428	66,9	-	-
Centro-Oeste	2 069	1 192	57,6	877	42,4	-	-
Mato Grosso do Sul	422	239	56,6	183	43,4	-	-
Mato Grosso	470	306	65,1	164	34,9	-	-
Goiás	782	455	58,2	327	41,8	-	-
Distrito Federal	395	192	48,6	203	51,4	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

Tabela 2 - Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos, com entrevista não-realizada, por motivo da não realização, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos com entrevista não-realizada								
	Total	Motivo da não realização							Extinta
		Atividade paralisada	Mudança de endereço	Endereço inexistente	Em implantação	Nunca funcionou	Não exerce atividade no âmbito da pesquisa	Impossibilitada de prestar as informações	
Brasil	16 935	3 410	1 142	785	132	579	9 900	86	901
Norte	371	110	38	34	-	34	116	1	38
Rondônia	55	23	10	-	-	3	11	-	8
Acre	20		1	3	-	-	13	-	3
Amazonas	49	11	5	4	-	3	23	-	3
Roraima	20	6	4	6	-	2	2	-	-
Pará	132	48	18	10	-	8	31	1	16
Amapá	10	1	-	-	-	-	8	-	1
Tocantins	85	21	-	11	-	18	28	-	7
Nordeste	2 508	932	135	236	14	151	895	7	138
Maranhão	294	186	2	34	1	18	45	-	8
Piauí	78	37	2	5	1	8	15	-	10
Ceará	457	189	3	34	-	14	178	1	38
Rio Grande do Norte	235	112	22	18	1	9	63	-	10
Paraíba	209	85	5	7	3	8	91	-	10
Pernambuco	335	96	22	44	1	18	114	5	35
Alagoas	66	18	4	6	-	4	31	1	2
Sergipe	117	44	11	12	1	7	40	-	2
Bahia	717	165	64	76	6	65	318	-	23
Sudeste	6 424	1 502	770	313	78	259	3 018	41	443
Minas Gerais	1 923	625	104	80	26	81	906	1	100
Espírito Santo	219	71	11	5	3	13	105	1	10
Rio de Janeiro	1 035	191	149	55	6	45	518	20	51
São Paulo	3 247	615	506	173	43	120	1 489	19	282
Sul	6 755	636	125	110	26	72	5 545	15	226
Paraná	1 326	311	57	32	11	31	789	11	84
Santa Catarina	3 001	103	40	44	4	22	2 757	1	30
Rio Grande do Sul	2 428	222	28	34	11	19	1 999	3	112
Centro-Oeste	877	230	74	92	14	63	326	22	56
Mato Grosso do Sul	183	47	5	26	4	9	78	1	9
Mato Grosso	164	65	3	17	1	31	57	3	9
Goiás	327	90	32	23	2	10	125	3	21
Distrito Federal	203	28	34	26	7	-	66	15	17

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.